

MARINHA DO BRASIL
DIRETORIA DE ENSINO DA MARINHA

***(CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE
VAGAS EM CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR
CP-PCNS/2014)***

**É PERMITIDO O USO DE CALCULADORA PADRÃO
NÃO CIENTÍFICA**

CONTADOR

- 1) Com relação ao pagamento de adicional por serviço extraordinário, adicional noturno e adicional de férias, previstos na Lei nº 8.112/1990, assinale a opção correta.
- (A) O serviço extraordinário será remunerado com acréscimo de 60% (sessenta por cento) em relação à hora normal de trabalho.
 - (B) Somente será permitido serviço extraordinário para atender a situações excepcionais e temporárias, respeitado o limite de 1 (uma) hora por jornada.
 - (C) O serviço noturno, prestado em horário compreendido entre 22 (vinte e duas) horas de um dia e 5 (cinco) horas do dia seguinte, terá o valor-hora acrescido de 25% (vinte e cinco por cento), computando-se cada hora como cinquenta e dois minutos e trinta segundos.
 - (D) Será pago ao servidor, por ocasião das suas férias, um adicional correspondente a 1/3 (um terço) da remuneração do período das férias, condicionado à solicitação em tempo hábil pelo servidor.
 - (E) No caso de o servidor exercer função de direção, chefia ou assessoramento, ou ocupar cargo em comissão, a vantagem recebida em razão desses cargos não será considerada no cálculo do adicional de férias.
- 2) Com relação ao afastamento do servidor público para o exercício de mandato eletivo, nos termos do art. 94 da Lei nº 8.112/1990, assinale a opção INCORRETA.
- (A) Tratando-se de mandato federal, estadual ou distrital, ficará o servidor afastado do cargo.
 - (B) Investido no mandato de Prefeito, será o servidor afastado do cargo, podendo optar por sua remuneração.
 - (C) Investido o servidor no mandato de Vereador, perceberá as vantagens de seu cargo, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, independentemente da disponibilidade de horário.
 - (D) No caso de afastamento do cargo para exercício de mandato eletivo, o servidor continuará contribuindo para a seguridade social como se em exercício estivesse.
 - (E) O servidor investido em mandato eletivo não poderá ser removido ou redistribuído de ofício para localidade diversa daquela onde exerce o mandato.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 3) Em relação ao Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União, assinale a opção correta.
- (A) A responsabilidade civil do servidor público por ação ou omissão somente ocorre quando houver dolo e resultar em prejuízo ao erário e a terceiros.
 - (B) A responsabilidade penal abrange apenas as condutas tipificadas em lei como crimes, não podendo ser imputadas ao servidor, nessa qualidade, as contravenções dado seu baixo teor de lesividade.
 - (C) No caso de absolvição criminal que negue a existência de fato ou de autoria, a responsabilidade administrativa do servidor será afastada.
 - (D) A responsabilidade civil administrativa é o resultado de ato comissivo ou omissivo praticado por servidor público, independentemente de, no momento da conduta, encontrar-se fora do desempenho de seu cargo ou função.
 - (E) As sanções civis, penais e administrativas não são passíveis de cumulação.

- 4) Com relação ao Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, assinale a opção correta.
- (A) A Comissão de Ética, encarregada por lei de aconselhar sobre a ética profissional no âmbito da Administração Pública Federal direta, indireta, autárquica e fundacional, aplicará ao servidor público faltoso a pena de censura e sua fundamentação constará do respectivo parecer, assinada por todos os seus integrantes, com a ciência do faltoso.
 - (B) A função pública desempenhada pelo servidor não pode ser confundida com a sua vida particular. Assim, os atos verificados no proceder de seu cotidiano em sua vida privada não deverão interferir, crescer, diminuir ou desvalorizar seu bom conceito na vida funcional.
 - (C) Ter respeito à hierarquia implica em obedecer às ordens ilegais e até contrárias ao interesse público, dado que as providências cabíveis serão apuradas posteriormente, se for o caso, em Processo Administrativo Disciplinar.
 - (D) É dever fundamental do servidor público ser assíduo e frequente ao serviço. Com efeito, a ausência injustificada do servidor ao seu local de trabalho não chega a caracterizar fator de desmoralização do serviço público, apenas provoca danos ao trabalho ordenado e ao sistema a ele vinculado.
 - (E) É cabível que o elemento ético seja relativizado na conduta do servidor público, já que a essência de seus atos há de ser pautada e restrita à noção do que seja legal ou ilegal, justo ou injusto.

5) Demissão é a pena expulsiva aplicável ao servidor público que comete infração grave no exercício de cargo efetivo. Assinale a opção em que todas as condutas são ensejadoras de aplicação da pena de demissão.

- (A) Valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública, e exercer quaisquer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função com o horário de trabalho.
- (B) Revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo, e cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situação de emergência e transitória.
- (C) Exercer quaisquer atividades incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho, e Improbidade Administrativa.
- (D) Cometer a outro servidor atribuições estranhas ao cargo que ocupa, exceto em situação de emergência e transitória, e valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
- (E) Improbidade Administrativa, e revelação de segredo do qual se apropriou em razão do cargo.

6) A Lei nº 8.691/1993, dispõe sobre o Plano de Carreira para a área de Ciência e Tecnologia da Administração Pública Federal.

Assinale a opção em que todos os órgãos integram a estrutura da área da ciência e tecnologia, nos termos do art 1º da referida lei.

- (A) Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (B) Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (C) Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).
- (D) Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).
- (E) Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV) e Comissão Nacional de Energia Nuclear (CNEN).

- 7) De acordo com a Lei 8.112/1990, ao final da apuração de Processo Administrativo Disciplinar, se restar capitulada como crime determinada infração cometida por servidor público federal, a que órgão deverá ser remetido o processo para instrução da respectiva ação penal?
- (A) Advocacia Geral da União.
 - (B) Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) Defensoria Pública.
 - (D) Superior Tribunal Militar.
 - (E) Ministério Público.
- 8) De acordo com a Lei 8.112/1990, o servidor público que mantenha sob sua chefia imediata, em cargo ou função de confiança, cônjuge, companheiro ou parente até o 2º grau civil, assegurado o direito à ampla defesa e ao contraditório, sofrerá qual das penalidades abaixo?
- (A) Demissão.
 - (B) Advertência por escrito.
 - (C) Suspensão.
 - (D) Aproveitamento de outro cargo ou função.
 - (E) Destituição da função comissionada, quando for o caso.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 9) Dispõe o art. 100 da Lei 8.112/1990 que é contado, para todos os efeitos legais, o tempo de serviço público federal, inclusive o prestado às Forças Armadas. Já o art. 102, da mesma norma, estabelece que são considerados como de efetivo exercício os afastamentos do servidor em virtude de
- (A) júri e outros serviços obrigatórios por lei, e o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo Federal, Estadual, Municipal ou Distrital, anterior ao ingresso no serviço público.
 - (B) exercício do cargo em comissão, ou equivalente em órgão ou entidade dos poderes públicos da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e júri e outros serviços obrigatórios por lei.
 - (C) licença para tratamento da própria saúde, até o limite de trinta meses, cumulativos ao longo do tempo de serviço público prestado à União em cargo de provimento efetivo, e o tempo de serviço público prestado aos estados, municípios e ao Distrito Federal.
 - (D) prestação de serviço militar voluntário e o tempo de exercício de cargo em comissão, ou equivalente, em órgão ou entidade dos poderes públicos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.
 - (E) licença para tratamento da própria saúde, até o limite de trinta meses, cumulativos ao longo do tempo de serviço público prestado à União em cargo de provimento efetivo, e o tempo correspondente ao desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou distrital, anterior ao ingresso no serviço público.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

10) O art. 6º-A, da Lei nº 9.657/1998, institui a Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico Operacional em Tecnologia Militar - GDATEM, devida aos ocupantes dos cargos efetivos do Plano de Carreira dos Cargos de Tecnologia Militar, quando no exercício de atividades inerentes às respectivas atribuições nas organizações militares, que cumpram carga horária de quarenta horas semanais. Com relação à GDATEM, analise as afirmativas abaixo.

- I - Em caso de afastamentos e licenças considerados como de efetivo exercício, sem prejuízo da remuneração e com direito à percepção de gratificação de desempenho, o servidor continuará percebendo a GDATEM em valor correspondente ao da última pontuação obtida, até que seja processada sua primeira avaliação após o retorno.
- II - Até que seja processada a primeira avaliação de desempenho individual que venha a surtir efeito financeiro, o servidor recém nomeado para cargo efetivo e aquele que tenha retornado de licença sem vencimento ou cessão sem direito à percepção da GDATEM no decurso do ciclo de avaliação receberão a gratificação no valor correspondente a 80 (oitenta) pontos.
- III- Ocorrendo exoneração do cargo em comissão, com manutenção do cargo efetivo, o servidor que fará jus à GDATEM continuará a percebê-la em valor correspondente a 80 (oitenta) pontos até que seja processada nova avaliação.
- IV - O servidor ativo beneficiário da GDATEM que obtiver na avaliação de desempenho individual pontuação inferior a 40% (quarenta por cento) da pontuação mínima estabelecida para essa parcela será imediatamente submetido a processo de capacitação ou de análise da adequação funcional, conforme o caso, sob responsabilidade da respectiva organização militar de lotação.

Assinale a opção correta.

- (A) Apenas as afirmativas I, II e III são verdadeiras.
- (B) Apenas as afirmativas I e III são verdadeiras.
- (C) Apenas as afirmativas I e II são verdadeiras.
- (D) Apenas a afirmativa I é verdadeira.
- (E) Apenas a afirmativa III é verdadeira.

- 11) Conforme prescreve a Lei 8.112/1990, são penalidades disciplinares aplicáveis aos servidores públicos federais, entre outras:
- (A) destituição de cargo em comissão, demissão, advertência.
 - (B) cassação de aposentadoria ou disponibilidade, advertência, reversão.
 - (C) suspensão, remoção, demissão.
 - (D) recondução, destituição de função comissionada, demissão.
 - (E) advertência, suspensão, reintegração.
- 12) Assinale a opção que apresenta a conduta que configura, segundo a Lei 8.112/1990, proibição que, quando violada, além de acarretar demissão do servidor público ocupante de cargo efetivo, o incompatibiliza para nova investidura em cargo público federal, pelo prazo de 5 (cinco) anos.
- (A) Exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício do cargo ou função e com o horário de trabalho.
 - (B) Valer-se de cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem, em detrimento da dignidade da função pública.
 - (C) Opor resistência injustificada ao andamento de documentos e processos ou execução do serviço.
 - (D) Cometer à pessoa estranha à repartição, fora dos casos previstos em lei, o desempenho de atribuição que seja de sua responsabilidade ou de seu subordinado.
 - (E) Coagir ou aliciar subordinados no sentido de se filiarem à associação profissional ou sindical ou a partido político.

- 13) Um servidor público federal foi apenado com 1 ano e 9 meses de reclusão por sentença judicial transitada em julgado. Em razão da condenação, a família do servidor passou a ter direito ao pagamento de auxílio-reclusão, o qual cessará, segundo a Lei 8.112/1990, a partir de que momento?
- (A) Após 1 (um) ano, a contar da data em que o servidor for posto em liberdade.
 - (B) Quando completar 1/4 (um quarto) da pena que lhe foi imposta.
 - (C) Assim que seus dependentes provarem possuir renda igual ou superior ao vencimento que lhe era devido em razão do exercício do cargo público.
 - (D) Logo após completar metade da pena que lhe foi imposta.
 - (E) A partir do dia imediato àquele em que o servidor for posto em liberdade, ainda que condicional.
- 14) Segundo a Lei nº 8.112/1990, a perda do cargo de servidor público estável somente será concretizada e, em princípio, tornada definitiva, por qual decisão processual?
- (A) Por decisão discricionária de autoridade competente, no interesse da Administração Pública.
 - (B) Por sentença emitida por Juiz de Direito da qual ainda caiba recurso que possa beneficiar o servidor público.
 - (C) Por despacho motivado de seu superior hierárquico, sem a necessidade de observância de ampla defesa e do contraditório.
 - (D) Por decisão condenatória que alegue descumprimento de ordem manifestamente ilegal.
 - (E) Por decisão judicial transitada em julgado.
- 15) Nos termos da Lei nº 8.112/1990, a pena de demissão é aplicada ao servidor que
- (A) recusar fé a documentos públicos.
 - (B) descumprir o dever de manter conduta compatível com a moralidade administrativa.
 - (C) aplicar irregularmente o dinheiro público.
 - (D) não exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo.
 - (E) violar a proibição de promover manifestação de apreço ou desapreço no recinto de repartição.

16) Suponha que determinada pessoa, aprovada em concurso público para órgão da administração pública federal, assinou o "Termo de Posse" no dia 10 de março de 2013. Qual é o prazo que a Lei 8.112/1990 estabelece para que ela entre em exercício?

- (A) 24 horas da assinatura do "Termo de Posse".
- (B) 48 horas da assinatura do "Termo de Posse".
- (C) 7 dias contados da data da posse.
- (D) 15 dias contados da data da posse.
- (E) 30 dias contados da data da posse.

17) A Lei nº 10.559/2002, que regulamentou o art. 8º do Atos das Disposições Constitucionais Transitórias, dispõe sobre o Regime do Anistiado Político; da Declaração da Condição de Anistiado Político; da Reparação Econômica de Caráter Indenizatório e das Competências Administrativas. Com relação aos direitos dos Anistiados Políticos, assinale, a seguir, a opção correta.

- (A) Ao anistiado político, assiste o direito à reparação econômica, de caráter indenizatório, em prestação única ou em prestação mensal, permanente e continuada, reajustada quando ocorrer alteração na remuneração que o anistiado político receberia se estivesse no serviço ativo.
- (B) Ao anistiado político, assiste o direito à contagem, para todos os efeitos, do tempo em que o anistiado político esteve compelido ao afastamento de suas atividades profissionais, em virtude de punição ou fundada ameaça de punição, por motivo político, sendo obrigatório o recolhimento das contribuições previdenciárias.
- (C) Ao anistiado político, assiste o direito à reparação econômica em prestação única, que consistirá no pagamento de trinta e seis salários mínimos por ano de punição, ainda que o anistiado político não possa comprovar vínculo com a atividade laboral.
- (D) Ao anistiado político, assiste o direito ao pagamento de prestação mensal, permanente e continuada, cujo valor será igual ao da remuneração que receberia se na ativa estivesse, considerando a graduação a que teria direito, obedecidos os prazos para promoção previstos nas leis e regulamentos vigentes, e asseguradas as promoções ao oficialato, independentemente de requisitos e condições, respeitadas as características e peculiaridades dos regimes jurídicos dos servidores públicos civis e dos militares, e desconsiderando-se seus paradigmas.
- (E) Ao anistiado político, assiste o direito a promoções que dependerão de seu tempo de admissão ou incorporação em seu posto ou graduação, sendo obedecidos os prazos de permanência em atividades previstos nas leis e regulamentos vigentes, vedada a exigência de satisfação das condições incompatíveis com a situação pessoal do beneficiário.

18) Coloque F (falso) ou V (verdadeiro) nas afirmativas abaixo, com relação ao Regime Disciplinar estatuído no Título IV, da Lei 8.112/1990, e assinale, a seguir, a opção que apresenta a sequência correta.

- () Considerando a estrutura hierarquizada da administração pública, não há obrigação por parte do servidor público de cumprimento de ordem manifestamente ilegal, bem como não há obrigação de representar contra seu superior hierárquico quando a ordem configure ilegalidade.
- () Um servidor público ausentou-se do serviço, sem justificativa, por 30 (trinta) dias interpolados, no período de 12 (doze) meses. Assim, ficou configurado o abandono de cargo, que é apenado no regime disciplinar com a pena demissão.
- () A autoridade que determinar a instauração de Sindicância ou Processo Administrativo Disciplinar é competente para proferir o julgamento e aplicar pena disciplinar.
- () Com relação ao Processo Administrativo Disciplinar - PAD, é assegurado ao servidor, que estiver respondendo ao processo, produzir provas e contraprovas, entretanto, o Presidente da Comissão Processante poderá indeferir o pedido de provas, desde que a Comissão as considere irrelevantes ou impertinentes aos fatos apurados, assim como no caso de serem meramente protelatórias.
- () Um servidor público estava respondendo a Processo Administrativo Disciplinar-PAD que tinha por objeto apurar determinado fato. No curso do processo, o Presidente do PAD, com o intuito de elucidar os fatos, requisitou provas constantes de um processo que tramitava na Vara Federal da Justiça, a chamada prova emprestada. Ocorre que não é possível a utilização de prova emprestada de processo judicial em PAD, por contrariar o princípio do devido processo legal.

- (A) (V) (V) (F) (F) (V)
- (B) (F) (V) (V) (F) (V)
- (C) (V) (F) (F) (V) (F)
- (D) (F) (F) (V) (V) (F)
- (E) (F) (V) (V) (V) (F)

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

19) Nos termos da Lei nº 8.745/1993, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Federal direta, as autarquias e as fundações públicas poderão efetuar contratação de pessoal por tempo determinado, nas condições e prazos previstos na referida Lei. Assim, consideram-se necessidade temporária de excepcional interesse público as seguintes atividades, EXCETO:

- (A) especiais, nas organizações das Forças Armadas, para atender à área industrial ou a encargos temporários de obras e serviços de engenharia.
- (B) de pesquisa e desenvolvimento de produtos destinados à segurança de sistemas de informações, sob responsabilidade do Centro de Pesquisa e Desenvolvimento para a Segurança das Comunicações - CEPESC.
- (C) desenvolvidas no âmbito dos projetos do Sistema de Vigilância da Amazônia - SIVAM e do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM.
- (D) didático-pedagógicas em escolas de governo.
- (E) de assistência à saúde para as comunidades quilombolas.

20) Considere que uma servidora pública federal solicitou licença para se candidatar a cargo político. Durante o período que mediar entre sua escolha em convenção partidária, como candidata a cargo eletivo e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral, como ficará a situação da servidora em relação à percepção remuneratória?

- (A) A remuneração não sofrerá alteração.
- (B) A remuneração será acrescida de gratificação extra para despesas de locomoção.
- (C) Não fará jus ao recebimento da remuneração.
- (D) Será remunerada pelo partido político pelo qual se filiou para disputar a eleição.
- (E) Receberá 50% da remuneração.

- 21) Assinale a opção que apresenta o princípio que desobriga um tratamento mais rigoroso àqueles itens cujo valor monetário é pequeno dentro dos gastos totais.
- (A) Uniformidade.
 - (B) Prudência.
 - (C) Materialidade.
 - (D) Competência.
 - (E) Realização da receita.
- 22) Como se denomina a demonstração contábil por meio da qual se pode apurar a situação patrimonial e financeira de uma entidade, em determinado momento?
- (A) Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.
 - (B) Plano de Contas.
 - (C) Demonstração do Resultado do Exercício.
 - (D) Balanço Patrimonial.
 - (E) Demonstração do Fluxo de Caixa.
- 23) Assinale a opção que NÃO assegura a Transparência da Gestão Fiscal.
- (A) Adoção de sistema integrado de administração financeira e controle.
 - (B) Emissão de relatório de gestão ao controle interno.
 - (C) Incentivo à participação popular e realização de audiências públicas.
 - (D) Liberação ao pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade.
 - (E) Divulgação em meios eletrônicos de acesso público.
- 24) Como se denomina o método utilizado para registrar qualquer operação e que visa debitar uma ou mais contas e creditar uma ou mais contas?
- (A) Método das Partidas Dobradas.
 - (B) Método das Partidas Debitadas.
 - (C) Método do Registro de Operações.
 - (D) Método de Correspondências.
 - (E) Método Dobrado.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 25) Quais são as três modalidades de empenho?
- (A) Ordinário, adicional e por estimativa.
 - (B) Extraordinário, suplementar e por estimativa.
 - (C) Ordinário, adicional e extraordinário.
 - (D) Global, por estimativa e suplementar.
 - (E) Por estimativa, ordinário e global.
- 26) Com relação aos dados numéricos, é correto afirmar que
- (A) são classificados em quantitativos e qualitativos.
 - (B) são classificados em nominais, ordinais, intervalares ou de razão.
 - (C) muitas vezes, são codificados.
 - (D) são classificados em categóricos e qualitativos.
 - (E) também são chamados de categóricos.
- 27) Considere que, em uma turma de contabilidade, há 15 calouros, 20 alunos do segundo período e 15 alunos do terceiro período. Sabendo-se que, em uma prova, a média dos calouros foi de 7,2, a dos alunos do segundo período foi de 8,4 e a dos alunos do terceiro período foi de 8,2, assinale a opção que apresenta a média da turma inteira.
- (A) 7,79
 - (B) 7,83
 - (C) 7,98
 - (D) 8,00
 - (E) 8,11
- 28) Em que fase da despesa se reconhece efetivamente o direito líquido e certo do credor?
- (A) Previsão.
 - (B) Empenho.
 - (C) Pagamento.
 - (D) Liquidação.
 - (E) Arrecadação.
- 29) O princípio cujo orçamento deve conter todas as receitas e todas as despesas do Estado, denomina-se:
- (A) da Unidade.
 - (B) da Anualidade.
 - (C) da Universalidade.
 - (D) do Orçamento Bruto.
 - (E) da Discriminação.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

30) Com relação à diferenciação entre co-produtos, subprodutos e sucata, é correto afirmar que

- (A) os subprodutos possuem pouquíssima relevância no faturamento da empresa.
- (B) os co-produtos são os produtos principais, nascidos de matérias-primas distintas entre si.
- (C) as sucatas nunca são geradas no processo normal de produção.
- (D) as sucatas possuem boas condições de venda e negociabilidade.
- (E) os subprodutos possuem as mesmas condições de venda e negociabilidade que as sucatas.

31) Assinale a opção que completa corretamente as lacunas da sentença abaixo.

A principal diferença entre o cálculo do ponto de equilíbrio econômico e o cálculo do ponto de equilíbrio contábil é que o _____ leva em consideração _____ .

- (A) primeiro/o custo de oportunidade
- (B) segundo/o custo de oportunidade
- (C) primeiro/o valor da depreciação
- (D) segundo/o valor da depreciação
- (E) primeiro/os custos fixos

32) Sabe-se que, em uma determinada amostra de 5 pacientes, foram encontradas 8, 11, 10, 15 e 11 bactérias de um certo tipo. Assinale a opção que apresenta a variância amostral da distribuição mencionada.

- (A) 5,8
- (B) 6,0
- (C) 6,2
- (D) 6,3
- (E) 6,5

33) Em relação às inovações relevantes introduzidas no Regime Diferenciado de Contratação (RDC), qual dos princípios abaixo foi incluído?

- (A) Igualdade.
- (B) Impessoalidade.
- (C) Ampla Defesa.
- (D) Economicidade.
- (E) Publicidade.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 34) Segundo a Teoria Personalista, as contas dos agentes consignatários representam
- (A) os direitos e as obrigações da entidade.
 - (B) as contas do patrimônio líquido.
 - (C) a situação estática, ou seja, o patrimônio.
 - (D) a situação dinâmica, ou seja, as contas que alteram o patrimônio líquido.
 - (E) os bens da empresa.

- 35) Analise o quadro a seguir.

3	4	4	5	5	7	9
12	12	21	21	21	21	30
31	31	31	33	35	42	45
45	60	72	72	78	89	89

Assinale a opção que apresenta a moda dos dados do quadro acima.

- (A) 9
 - (B) 21
 - (C) 30
 - (D) 30,5
 - (E) 31
- 36) O Órgão Setorial de Programação Financeira disponibiliza recurso financeiro para entidades da administração indireta por meio de qual mecanismo?
- (A) Repasse.
 - (B) Sub-repasse.
 - (C) Cota.
 - (D) Adiantamento.
 - (E) Concessão.
- 37) Um dos principais objetivos da auditoria interna é
- (A) verificar se as normas internas estão sendo seguidas.
 - (B) emitir um parecer ou opinião sobre as demonstrações contábeis.
 - (C) verificar menor volume de testes.
 - (D) verificar se as demonstrações foram elaboradas de acordo com os princípios contábeis.
 - (E) ter maior grau de independência da empresa auditada.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 38) Assinale a opção que apresenta três modalidades de fraude, segundo William Attie (2011).
- (A) Não encobertas, encobertas temporariamente, encobertas permanentemente.
 - (B) Encobertas, encobertas temporariamente, encobertas permanentemente.
 - (C) Não anuláveis, anuláveis parcialmente, anuláveis integralmente.
 - (D) Não corrigíveis, corrigíveis parcialmente, corrigíveis integralmente.
 - (E) Não examináveis, examináveis temporariamente, examináveis permanentemente.
- 39) Suponha que determinada empresa adota o seguinte padrão de material direto para a produção de 500 pares de sapato: 50 metros quadrados de couro, ao custo de R\$ 10,00/metro quadrado. Ao final de sua produção, constata que utilizou 47 metros quadrados de couro, ao custo de R\$ 12,00/metro quadrado. Assinale a opção que apresenta, respectivamente, as variações de quantidade e de preço de materiais diretos observados.
- (A) R\$ 30,00 desfavorável e R\$ 100,00 favorável.
 - (B) R\$ 30,00 favorável e R\$ 100,00 desfavorável.
 - (C) R\$ 30,00 favorável e R\$ 100,00 favorável.
 - (D) R\$ 100,00 favorável e R\$ 30,00 desfavorável.
 - (E) R\$ 100,00 desfavorável e R\$ 30,00 favorável.
- 40) Suponha que uma empresa prevê que, em um determinado período, trabalhará com um volume de 500 horas de mão-de-obra direta, com custos indiretos fixos de R\$ 500.000,00 e custos variáveis de R\$ 2.000,00 por hora de mão-de-obra direta. No final do período, consegue trabalhar apenas 450 horas de mão de obra direta, e incorre em custos indiretos totais no valor de R\$ 1.600.000,00. Assinale a opção que apresenta a variação na aplicação de custos indiretos de fabricação (CIF) no que diz respeito exclusivamente à variação de custos.
- (A) R\$ 100.000,00 favorável.
 - (B) R\$ 100.000,00 desfavorável.
 - (C) R\$ 200.000,00 favorável.
 - (D) R\$ 200.000,00 desfavorável.
 - (E) Não houve variação de custos.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 41) Sabe-se que o acompanhamento da execução do contrato é direito e dever da Administração. Qual dos atos abaixo NÃO compreende esse acompanhamento?
- (A) Recebimento Definitivo.
 - (B) Fiscalização.
 - (C) Orientação.
 - (D) Interdição.
 - (E) Intervenção.
- 42) Programa de Auditoria consiste em um tipo de
- (A) Programa de Controle.
 - (B) Papel de Controle.
 - (C) Papel de Auditoria.
 - (D) Papel de Trabalho.
 - (E) Papel de Levantamento.
- 43) Como se denominam os serviços que a Administração executa para atender as suas necessidades internas ou preparar outros serviços que serão prestados ao público?
- (A) Próprios do Estado.
 - (B) Industriais.
 - (C) De utilidade pública.
 - (D) Administrativos.
 - (E) Gerais.
- 44) Propiciar o cumprimento dos serviços contratados com a entidade dentro dos prazos e compromissos previamente estabelecidos é um dos principais objetivos do
- (A) cancelamento da Auditoria.
 - (B) comprometimento da Auditoria.
 - (C) cumprimento da Auditoria.
 - (D) encerramento da Auditoria.
 - (E) planejamento da Auditoria.
- 45) De acordo com a terminologia de custos, como se denomina o gasto ativado em função de sua vida útil ou benefício atribuíveis a futuros períodos?
- (A) Desembolso.
 - (B) Investimento.
 - (C) Custo.
 - (D) Despesa.
 - (E) Perda.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

- 46) No Regime Diferenciado de Contratação (RDC) quantos dias são contados a partir da data de publicação do instrumento convocatório para licitações em que se adote o critério de julgamento pela maior oferta?
- (A) Cinco dias úteis.
 - (B) Dez dias corridos.
 - (C) Quinze dias úteis.
 - (D) Trinta dias corridos.
 - (E) Dez dias úteis.
- 47) Suponha que um auditor independente, tendo obtido Evidência de auditoria apropriada e suficiente, conclui que as distorções, individualmente ou em conjunto, são relevantes e generalizadas para as demonstrações financeiras. Sendo assim, esse auditor deverá emitir um Relatório:
- (A) com Ressalva.
 - (B) com Abstenção de opinião.
 - (C) com Opinião adversa.
 - (D) sem Ressalva.
 - (E) com Parágrafo de ênfase.
- 48) Como se denomina o princípio que demonstrará que as despesas são atribuídas aos períodos de acordo com as receitas a que se referem, isto é, de acordo com a data do fato gerador, e não quando são pagas em dinheiro?
- (A) Confrontação das despesas com as receitas.
 - (B) Prudência.
 - (C) Atualização monetária.
 - (D) Continuidade.
 - (E) Economicidade.
- 49) Na União, a elaboração do orçamento anual desenvolve-se no âmbito do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal, cujo órgão central é:
- (A) Secretaria de Orçamento Federal.
 - (B) Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
 - (C) Ministério da Fazenda.
 - (D) Secretaria do Tesouro Nacional.
 - (E) Congresso Nacional.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

50) Como se denomina o processo de transformar em despesa uma parte do valor de aquisição de um ativo imobilizado destinado ao uso, já que ele não será recuperado pela venda do bem a que se refere?

- (A) Valorização.
- (B) Depreciação.
- (C) Contabilização.
- (D) Amortização.
- (E) Regularização.

Prova : Amarela
Profissão : CONTADOR

Concurso : CP-PCNS/14

